

Lorena Melo Silva

De: Sandoval de Araújo Feitosa Neto (SRT) <sandoval@aneel.gov.br>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2016 19:33
Para: consulta publica.portaria
Assunto: Contribuições Consulta Pública MME - PORTARIA No 172, DE 10 DE MAIO DE 2016

Boa noite,

Solicito considerar as contribuições acima nas análises no aprimoramento do estabelecimento das diretrizes gerais para a definição da capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN relativa ao escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva

1. Em relação à Portaria nº 172, de 10 de maio de 2016, que trata da Consulta Pública com o objetivo de estabelecer diretrizes gerais para a definição da capacidade do Sistema Interligado Nacional – SIN relativa ao escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva, foram identificados três aspectos relacionados à regulamentação que serão comentados a seguir:

I - Critérios diferenciados para a operação das instalações

2. Em relação à critérios diferenciados para a operação das instalações, no art.6º da minuta de Portaria consta a seguinte proposta:

“Art. 6º Na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos leilões de que trata esta Portaria, serão considerados os critérios estabelecidos nos Procedimentos de Rede.

Parágrafo único. A EPE e o ONS poderão propor ao Ministério de Minas e Energia critérios diferenciados para a operação das instalações do SIN na definição de que trata o caput, devendo constar da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.”

3. Com base no texto proposto na Portaria, ressaltamos o fato de EPE e ONS poderem propor critérios diferenciados do que estabelecem os Procedimentos de Rede para a operação das centrais geradoras que se sagrarem vencedoras dos leilões de que trata a Portaria. Como não estão especificados quais seriam os critérios diferenciados, o texto proposto pode trazer consequências indesejáveis para a operação do sistema quando as centrais geradoras entrarem em operação comercial, uma vez que pode criar a expectativa ou o direito de inobservância de quaisquer critérios estabelecidos nos Procedimentos de Rede.

II – Garantia de Acesso ao SIN associado ao cumprimento de prazos para emissão das outorgas

4. Em relação a outro assunto que consta da minuta de Portaria que merece destaque, refere-se ao que é proposto no art.9º:

“Art. 9º Fica garantido o Acesso ao SIN aos vencedores do leilão, mediante conexão à instalação considerada na definição da capacidade de escoamento do SIN, observado o disposto no art. 4º, § 3º, e no art. 8º desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da central geradora e de celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, do Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão – CCT e do Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado – CCEAR ou do Contrato de Energia de Reserva - CER, conforme estabelecido nos Editais dos Leilões.”

5. Em relação a proposta da garantido acesso ao SIN, convém ressaltar o disposto na Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999, que estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso da conexão, aos sistemas de transmissão de energia elétrica. O art. 10 da referida norma, estabelece:

"Art. 10. O acesso aos sistemas de transmissão será regido pelos Procedimentos de Rede, pelos contratos celebrados entre as partes e pelas normas e padrões específicos de cada concessionária.

§ 1º Para o acesso a instalações de transmissão componentes da Rede Básica, os usuários deverão firmar o Contrato de Uso dos Sistemas de Transmissão com o ONS, estabelecendo as condições técnicas e as obrigações relativas ao uso das instalações de transmissão, e o Contrato de Conexão com a concessionária de transmissão no ponto de acesso, estabelecendo as responsabilidades pela implantação, operação e manutenção das instalações de conexão e os respectivos encargos."

6. Adicionalmente, a Resolução Normativa nº 506, 4 de setembro de 2012, estabelece as condições de acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora. O art.28 do referido regulamento estabelece:

"Art. 28. Para o acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora o acessante deve celebrar CUSD e CCD com a distribuidora acessada."

7. Assim, pela regulamentação estabelecida pela ANEEL, o que garante a contratação do acesso, tanto ao sistema de transmissão como ao sistema de distribuição, é a celebração dos contratos de uso e conexão. Da forma como está proposto o art. 9º da Portaria, fica garantido o acesso desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da central geradora e de celebração de contratos, não há portanto, aderência à regulamentação que trata do assunto.

8. Ressaltamos que cumprir prazos relativos a outorga e contratos não garante que as centrais geradoras celebrem os devidos contratos que garantam o acesso ao SIN, podendo, eventualmente, existir conflito com algum outro gerador, que caso não participado de leilão, esteja disposto a celebrar contratos e injetar potência no sistema.

III – Contratação conjunta da comercialização de energia e acesso ao sistema elétrico

9. Adicionalmente, a minuta do art. 9º da Portaria, ao garantir o acesso aos sistemas de transmissão e distribuição para centrais geradoras que forem vencedoras de leilão de energia, estaria tratando de forma conjunta a comercialização de energia com a questão do acesso ao sistema, sendo que este assunto está disciplinado na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para ser tratado de forma separada, conforme transcrito a seguir:

"Art. 9º Para todos os efeitos legais, a compra e venda de energia elétrica entre concessionários ou autorizados, deve ser contratada separadamente do acesso e uso dos sistemas de transmissão e distribuição."

Atenciosamente,

Sandoval de Araújo Feitosa Neto

Superintendente

Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão-SRT

Telefone: +55 (61) 2192-8912

Fax: +55 (61) 2192-8943

www.aneel.gov.br

Atenciosamente,

Sandoval de Araújo Feitosa Neto

Superintendente

Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão-SRT

Telefone: +55 (61) 2192-8912

Fax: +55 (61) 2192-8943

www.aneel.gov.br